

PENSAMENTO ALIENÍGENA

Política de população e planejamento social na democracia

FRANCK LORIMER

(Professor de Problemas de População da
"American University Graduate School")

(Tradução de Carlos Dodsworth Machado)

Estando o problema demográfico brasileiro na linha dos grandes problemas nacionais, julgamos interessante e oportuna a palavra de um dos estudiosos da matéria, que com agudeza e descortínio vem observando os fenômenos da população no seu país.

O trabalho que se vai ler integra o livro "Planning for America", de George Galloway e outros, editado em 1941, em New York por HENRY HOLT AND COMPANY.

Cumpre esclarecer a significação desta obra como fonte de referência e contribuição notável às atividades em prol do bem-estar coletivo. Ela focaliza, com grande objetividade, os campos de ação em que deve incidir o planejamento, assim como o melhor modo de executá-lo, para a plena solução dos problemas fundamentais do país.

E' pensamento de seus autores que os Estados Unidos devem escolher entre planejar ou perecer, e que no planejamento das atividades fundamentais do Estado residem os meios de preservar as instituições vitais e o sistema de vida norte-americano. Demonstram, com proficiência, que o planejamento não consiste na elaboração de regulamentos utópicos mas num problema de engenharia social, essencial ao regime democrático.

Mais de trinta nomes respeitáveis abordam os temas de sua especialidade, evidenciando que os problemas fundamentais da vida americana, em sua maior parte, se vem desenvolvendo em obediência a um rigoroso planejamento. E' precisamente o propósito do livro mostrar o que se vem fazendo, e indicar o melhor modo de coordenar as atividades para

a consecução de um fim definido e de resultados compensadores.

Os autores examinam os problemas do planejamento da exploração dos recursos naturais, envolvendo a utilização da terra, energia hidráulica, outras fontes de energia, assim como a aplicação dos recursos científicos e tecnológicos; o planejamento econômico, envolvendo a formação de capitais, política fiscal, obras públicas, transportes e relações econômicas internacionais; o planejamento social, envolvendo a política de população, nutrição, habitação, educação, saúde, recreação e seguro social; e finalmente, o planejamento das atividades regionais e das relacionadas com a defesa do país. Focaliza mais, o progresso do planejamento social nos Estados Unidos, seus princípios métodos e problemas, seus fins, estado atual e potencialidades.

O tratamento dos assuntos é profundo e objetivo, considerando-se em cada caso a natureza do problema, as soluções possíveis e os métodos de ação mais exequíveis.

A obra é a confirmação da importância do planejamento nas atividades estatais, tema já ventilado na "Revista do Serviço Público" que a êle dedicou um número especial.

O tema que mais nos seduziu foi o referente ao planejamento da política de população, dado que, em nosso país, êste constitue assunto da maior relevância.

Muitos catalogam os nossos baixos índices demográficos entre os fatores responsáveis pela nossa baixa produtividade, condenando a má distribuição da população no território nacional.

No presente trabalho, mostra-nos LORIMER, professor de Problemas de População na "American University Graduate School", que também nos Estados Unidos muito resta a fazer neste setor. Analisa, outrossim, o ilustre professor as tendências da população mundial e da norte-americana, realizando com o seu trabalho apreciável contribuição ao estudo da matéria. (Nota do tradutor).

I — O PROBLEMA

O objetivo de um planejamento social e democrático é dar oportunidade para o pleno desenvolvimento dos indivíduos num alto plano com relação aos recursos, capacidades e segurança. O estudo da população é básico para essa empresa. Primeiramente focaliza a atenção sobre o povo e os próprios valores humanos. Isto é encarecido no Prefácio do Comitê de Recursos Materiais no relatório do seu Comitê de Problemas de População:

" Os problemas que se relacionam com a terra e com a água, não podem ser resolvidos apenas nestes termos, mas requerem para o seu prático e profícuo tratamento, a ampla consideração dos mais extensos e aproximados aspectos de agricultura, indústria, trabalho, transportes, comunicações, saúde, educação, finanças públicas e organização do governo.

" Finalmente, os recursos humanos e os valores humanos são mais significativos que a terra, água e minerais dos quais o homem depende.

" A aplicação da engenharia e dos conhecimentos tecnológicos à reorganização dos recursos naturais da Nação não constitui um fim em si mesmo, mas deve ser considerado como um meio de diminuir progressivamente os limites impostos ao trabalho, elevando o "standard" de vida e melhorando o bem estar das massas populares.

" Segue-se que as diretivas sociais que estão por trás de tais problemas técnicos deveriam ser desenvolvidas por pessoas competentes exercitadas nesse aspecto de avaliação dos valores humanos envolvidos".

Num sentido mais técnico, o estudo de população revela a existência de forças biológicas sublinhando esse problema, que tem uma marcada influência na produtividade econômica, na distribuição da renda, na segurança nacional e no desenvolvimento da personalidade.

(Capítulo 18 — "Planning for America" — George Calloway, New York — Henry Holt and Company — página 347).

A redistribuição dessas forças para atingir objetivos democráticos é uma das maiores tarefas da engenharia social. Sob a ditadura, a política populacional pode ser orientada para fins arbitrários, tais como o aumento da população no interesse do engrandecimento nacional, sem considerar os seus efeitos nos níveis de vida ou outras considerações de ordem qualitativa (assim, incidentalmente, esta política se baseia, muitas vezes em concepções errôneas sobre as relações existentes entre as trocas de população e o poder militar). Tal política pode obedecer a motivos arbitrários e suprimir os métodos de limitação voluntária da família.

A política de população numa democracia deve ser radicalmente diferente, com relação aos fins e aos meios a utilizar. Seus objetivos devem ser baseados em princípios amplamente consagrados, em informações obtidas através de investigações críticas, coordenando-se o seu programa com outros objetivos sociais e com motivos individuais e espontâneos.

O estudo científico da população e as tendências sociais que se lhe relacionam constituem, portanto, o fundamento essencial dessa fase vital do planejamento social na democracia.

II - TENDÊNCIAS DE POPULAÇÃO - NÚMEROS ATUAIS

A população do mundo triplicou nos últimos 300 anos. Existem, atualmente, mais de 2 milhões de seres humanos vivos. Metade deles, cerca de 1 milhão, vive na Ásia. Ali e em outras partes do mundo, a pressão da população é a causa primária da pobreza e desordem generalizadas. As taxas de crescimento de população, recentemente recolhidas no Egito, Índia, Malasia, partes da China fora das áreas de grande fome e guerra, Japão, Índias Ocidentais e a área Caribeana são tais, que indicam que a metade da população mais pobre do mundo será provavelmente duplicada antes de terminado o século XX — a menos que seja dizimada por fomes pragas, guerras de grandes proporções ou que se realize uma inopinada revolução cultural.

Em tais situações, o contínuo crescimento de população não significa apenas, o abandono dos recursos humanos, mas ainda, a pobreza, o sofrimento e derrota.

Entrementes, as nações com mais alto nível de vida e com maiores recursos científicos, permanecem

rão no limiar de um período de decrescimento de população. Essa tendência, se as forças contrárias não forem chamadas a intervir, pode facilmente acelerar-se e conduzir a conseqüências muito sérias. Por exemplo, se os índices de fertilidade e de morte em idades específicas que prevaleceu na Inglaterra, no princípio da presente guerra, se projetar sem modificações para o futuro, o número de crianças inglesas se reduzirá de 50% em duas gerações.

A guerra, naturalmente, apressará êsse declínio demográfico.

Igualmente, os EE.UU. tendem definitivamente para a cessação do crescimento de população, seguido de um período de decrescimento populacional. O único fator que poderia dar impressão oposta é o atual excesso de nascimentos anuais sobre os óbitos. Com 900.000 nascimentos a mais do que óbitos em 1938, parece que existe ainda uma margem confortável para o crescimento da população. Êste não é o caso todavia.

O declínio já se manifesta nos grupos de idade mais nova. O número de crianças de 5 anos de idade decresceu nos últimos 15 anos. Existiam mais crianças em idade universitária (14-17) nos EE.UU. em 1938-39 do que em nenhuma época e mais do que seria de esperar em qualquer tempo no futuro. O auge do número de crianças em idade escolar chegou primeiro. E' possível que nunca mais ocorra um número de crianças em idade escolar nos EE.UU. tão grande como no momento.

Nenhum decrescimento grande nesse número é esperado, todavia, enquanto aumentar o número de pais potenciais, o que deverá continuar até depois de 1950.

Da população total dos EE.UU. em 1930, 18% era de adultos moços, com idade entre 20-44, apenas 23% pertencentes a grupos de idades mais avançadas.

Com a alta proporção de população em idade reprodutiva e a pequena proporção de pessoas mais velhas, aumentou, temporariamente, o número de nascimentos e diminuiu o número de óbitos.

Esta situação é característica numa população, na qual o número de nascimentos cresce em cada década e na qual o número de adultos jovens estava sendo constantemente aumentado por imigrantes de além mar.

Aquêles que agora estão entrando na classe de idade reprodutiva são sobreviventes de crianças nascidas por ocasião do máximo do aumento de população dos EE.UU.

Esta situação se modificará assim que êste grupo sair da idade reprodutiva. A função de reproduzir transmitir-se-á aos seus descendentes que serão em menor número; enquanto isso, a grande proporção atual de adultos jovens passará para as idades mais velhas, onde os índices de morte são altos. Quando tal acontecer, as estatísticas de população para os EE.UU. evidenciarão um menor número de nascimentos e um número maior de mortes do que atualmente, e estas excederão os nascimentos. A média provável de vida para a população branca dos EE.UU. em 1935, todavia, era 20 anos acima daquela da população de Massachusetts, em 1890, a qual representava, naquele tempo, a de toda a nação. Êsse extraordinário aumento na probabilidade de vida nos nascimentos ou reciprocamente êsse extraordinário decréscimo no verdadeiro índice de nascimentos, deve-se primeiramente, a medidas que não podem, tendo em vista o salvamento de vidas, ser proporcionadas por melhoramentos futuros.

O rápido progresso no contrôlo das doenças contagiosas, especialmente a tuberculose e as doenças infecciosas da infância diminuiu a proporção de mulheres mortas antes de atingir os 30 anos de idade, de 36% em 1890 (Massachusetts) para 12% em 1930 (EE. UU. — brancos). E' óbvio, que redução semelhante na influência da mortalidade sobre a efetiva reprodução não poderá ser efetuada no futuro. Nestas circunstâncias, podemos avaliar que haverá a cessação do crescimento de população nos EE. UU., dentro de 20 ou 40 anos, seguida por um período de decrescimento de população, a menos que comece a atuar um conjunto diferente de forças sociais diversas das que estão atualmente afetando a escala de nascimentos.

Depois que a tendência para o decrescimento da população estiver perfeitamente definida, a preponderância de pessoas mais velhas na população trará uma distribuição desfavorável ao crescimento natural. Assim como a distribuição de idade de uma população em aumento cria um *momentum* na direção de um crescimento contínuo, a distribuição de idade de uma população em decréscimo

cria, também, um *momentum* na direção de um contínuo decrescimento.

III — DISTRIBUIÇÃO DE POPULAÇÃO — REPRODUÇÃO DIFERENCIAL, E MIGRAÇÃO

Apesar da mobilidade do povo americano, a população das diferentes regiões dos EE.UU. é bastante desigual na sua distribuição em relação aos recursos econômicos. Isto se verifica especialmente no caso da população das fazendas, cuja produtividade está estreitamente ligada à relação entre o povo e os recursos econômicos. Com o aumento dos níveis de vida, as despesas com a alimentação da família cresceram em número absoluto, mas decresceram na proporção da despesa total. O progresso técnico acarretou, também, fossem os cavalos e a forragem substituídos pelo aço e a gasolina e aumentou a produção de alimento, com relação ao número de animais e armazenamento da forragem.

Atualmente houve ligeira modificação na consumação *per capita* de produtos agrícolas nos EE.UU., durante os últimos 50 anos, ao lado de um grande aumento na procura de bens manufaturados e serviços.

Como resultado, a parte de renda nacional proveniente de fazendeiros tem firmemente decrescido. A proporção de população empregada em tarefas agrícolas também decresceu, porém com menor rapidez. Existe, pois, um excesso geral de população na agricultura americana — ou melhor, verifica-se que o nosso sistema de produção não está organizado de modo a utilizar plenamente os nossos recursos humanos e materiais.

Na atualidade, naturalmente, muitos trabalhadores americanos são obrigados a escolher entre emprêgos subalternos na agricultura e o desemprego na indústria, comércio e outras ocupações.

Se tivermos coragem e inteligência para completar o estudo da recuperação das populações, revelar-se-ão claramente os excessos populacionais fundamentais nas áreas rurais.

Dentro da população das fazendas existe, também, grande desigualdade na distribuição de população com relação aos recursos econômicos. Por exemplo, o valor médio das áreas rurais por fazendeiro era, em 1930, 10 vezes maior em Iowa do que na Georgia.

A migração, geralmente, deflúe um tanto mais rapidamente das áreas de baixo rendimento, do

que das áreas rurais de maior renda. Mas essa relação, é, menos uniforme do que freqüentemente se supõe. A procura de outras ocupações é muito mais simples, embora seja, talvez, menos imperativo, para homens jovens e mulheres, educados em regiões com fazendas mecanizadas e com boas vantagens educacionais, do que o é para os jovens cujo treino inicial, vida doméstica e educação se desenrolaram num passado de miséria e fome e que procuram participar das atividades econômicas e sociais de áreas de maior progresso. O grande isolamento e a pobreza de certas áreas, dificultam o seu aproveitamento através de migrações. Além disso, as áreas mais pobres são geralmente caracterizadas pelos índices mais altos de desenvolvimento natural. Essas características não constituem um fenômeno novo. Têm variado, grandemente, as tendências reprodutivas da população nas diferentes partes dos EE.UU., nos últimos 80 anos.

A alta fertilidade da população rural das áreas mais pobres ocasionou um contínuo crescimento de população, a despeito da eventual diminuição causada pelo êxodo rural. Por exemplo, há 220 províncias nos EE.UU., as quais, em 1930, estavam agrupadas em 30, no "Lively's rural plane-of-living index" (em que 100 corresponde à média nacional para tôdas as províncias rurais) e nos quais existiam 880 ou mais crianças de 5 anos de idade por 1.000 mulheres entre 20-44 anos (enquanto que a escala correspondente a tôdas as províncias rurais era perto de 500 e o número necessário para a substituição da população, de 444).

Pode-se, pois, identificar essas províncias como caracterizadas pela pobreza rural e um excesso de 80% ou mais, acima do nível de substituição do número de crianças pequenas. Nelas havia cerca de 4 milhões de pessoas em 1920. Entre 1920 e 1930 havia um êxodo estimado em 630.000 pessoas — que eram, na maior parte, educadas e mantidas pelos adultos dessas províncias, mas que saíram em busca de emprêgo depois de atingir idades produtivas. Mas apesar d'êste grande contingente emigratório, a população dessas províncias continuou a crescer e o censo de 1930 acusou 290.000 residentes a mais do que o número acusado em 1930 (1). A reprodutividade nas cidades americanas,

(1) Dados da Divisão de População Rural e Bem Estar Rural, Departamento de Agricultura, Washington, D.C.

em geral, está abaixo do nível de substituição. Por exemplo, os índices de reprodução para a população branca das maiores cidades americanas, em 1930, são os seguintes:

Nova York	72
Chicago	75
Philadelphia	76
Pittsburgh	36
Boston	81
Atlanta	69
Louisville	83
Dallas	66
Salt Lake City	98
Seattle	61
Los Angeles Angeles	53 (2)

Dentro da população urbana, todavia, existem acentuadas diferenças entre as tendências reprodutivas de diferentes grupos. Assim, trabalhadores não especializados e aqueles de educação rudimentar, apresentam, quanto à sua substituição, um *deficit* de nascimentos de 35 a 50% abaixo do nível de substituição nas famílias dos que habitam as cidades e são formados por escolas superiores.

Essas diferenças na distribuição de população com relação aos recursos e as escalas de reprodução nos diferentes grupos, tendem a perpetuar a pobreza nas áreas pobres e nos grupos menos assistidos. Estando, geralmente, a educação na dependência dos recursos locais e estando as medidas relativas à saúde, em grande parte dependentes do quanto pode pagar cada indivíduo, conclue-se que imperam severas restrições às oportunidades para saúde e educação nas áreas onde as crianças são mais numerosas. Essas tendências levam também a um recrutamento desproporcional da população escolar, proveniente de famílias cujo passado coloca a maior esperança no progresso educacional. O efeito resultante é a intensificação da desigualdade econômica e o retardamento do progresso cultural e econômico.

IV — POLÍTICA DE POPULAÇÃO

A) DISTRIBUIÇÃO

A má distribuição crônica da população dentro dos EE.UU. é primeiramente uma questão de

pressão da população das fazendas em certas áreas, mas reveste-se de caráter mais sério nas velhas regiões de algodão e tabaco do sudeste. O mesmo fenômeno caracteriza a região sul dos Apalaches e partes do sudoeste, notadamente Ozarks, este de Oklahoma, territórios ocupados pelos índios e hispano-americanos e a região dos Grandes Lagos.

A solução fundamental dos problemas apresentados deve ser orientada segundo duas diretrizes que são encaradas usualmente como alternativas mas que na realidade são complementares:

1.º O progresso nacional no sentido do pleno uso dos recursos populacionais e econômicos na consecução de bens e serviços para o povo americano;

2.º Desenvolvimento de melhores padrões de vida e economia rurais, inclusive conservação do solo e dos recursos florestais, agricultura mais diferenciada, maior produção para o consumo doméstico e o progresso das instituições rurais. Se progredíssemos de conformidade com estas duas diretrizes, haveria maiores oportunidades para as migrações provenientes de áreas rurais de menores recursos e menor êxodo rural.

Aumentar-se-iam os mercados para os produtos das fazendas, e, ao mesmo tempo, haveria menor dependência da agricultura comercial por parte das famílias rurais.

A primeira necessidade descrita acima é bem reconhecida, mas ainda não progredimos muito no sentido de solucioná-la, nem, estabelecemos, ainda, claramente, qual seria a sua solução e em que condições seria conseguida.

O segundo problema é mais específico e de menos controversa solução.

Muito progresso vai se conseguindo a respeito, sob a chefia da "Agricultural Adjustment Administration" e da "Farm Security Administration". Os esforços desenvolvidos por esses órgãos, conduzem a resultados não só mais econômicos, como mais eficientes, de vez que não constituem mero paliativo ou um expediente temporário. Mesmo depois de conseguir a plena melhoria da vida rural, continuam sempre a existir elementos valiosos para que novos melhoramentos sejam realizados. Todavia tais medidas só por si são insuficientes, pois não solucionam o problema do aumento da pressão da população nas áreas rurais

(2) "Population Index", Vol. 4, 1938 (School of Public Affairs, Princeton University and Population Association of America).

cobres. Essa solução só poderá ser conseguida em bases nacionais e envolve tôda a nossa ordem econômica. E' também essencial que o progresso se faça no sentido de nivelar o natural aumento e assim remover a constante fonte de pressão da população em áreas empobrecidas. De acôrdo com esta orientação, grande progresso se realizaria, ou, pelo menos seria iniciado, se medidas de natureza pública estendessem aos que vivem em áreas mais necessitadas, os serviços já outorgados aos grupos mais prósperos da nação.

Um progresso notável neste sentido está sendo realizado em "North Carolina" e "South Carolina", sob os auspícios dos Serviços de Saúde Pública nesses Estados. Este programa deveria ser ampliado. Mas a limitação das famílias não envolve somente as facilidades que lhe são outorgadas. Envolve, talvez em maior grau, outros motivos mais sérios. Onde os padrões de vida são baixos e a ignorância grande, há muito pouco estímulo ao grande esforço pessoal necessário à execução de um consciente contrôle da reprodução. Exercem, papel fundamental a este respeito o melhoramento dos níveis de vida, as oportunidades educacionais e os melhoramentos sanitários, em geral.

As subvenções permanentes às áreas e grupos especiais não constituem a política ideal a ser seguida em caráter permanente. Volvamos nossos olhos para as comunidades que se sustentam a si próprias, capazes de se manter por si mesmas, produzindo os gêneros e serviços que devem consumir ou o seu equivalente. Não deve, o princípio das subvenções, ser aplicado à execução dos serviços públicos vitais para a saúde e bem estar do povo, tendentes a construir a moral e melhorar a capacidade produtiva e especialmente no caso das crianças que terão mais tarde parte na determinação dos destinos da nação. Numa nação caracterizada pelo rápido intercâmbio de população, a educação e saúde em tôdas as áreas são assuntos de interesse nacional. A riqueza e recursos de certas áreas devem ser utilizados não só em seu próprio benefício pelo recebimento dos migrantes de áreas mais pobres, como devem ainda servir de instrumento nacional para propiciar a educação e saúde necessárias a cada criança. Providências complementares devem também ser desenvolvidas no sentido da orientação vocacional e social da mocidade, a procura de oportunidades de emprêgo sôbre circunstâncias muito diferentes, assim como dos que ficam para tomar parte na construção da comuni-

dade. A mais rica nação no mundo possui, no momento, uma população rural mais pobre do que qualquer nação da europa ocidental. Isto não só é uma desgraça, como também uma fonte de fraqueza nacional. A correção dessa situação é uma das primeiras tarefas do planejamento econômico e social nos EE.UU.

B) CONSIDERAÇÕES QUALITATIVAS

As políticas que objetivem uma melhor distribuição de população com relação aos recursos, são importantes do ponto de vista das tendências qualitativas da população. Dentro de qualquer comunidade, todavia, as diferenças sociais de classe quanto aos recursos e fertilidade podem ser muito grandes. De acôrdo com os dados do Inquérito Nacional de Saúde, em 1935, 90% das famílias urbanas com 7, 8 ou 9 crianças, de menos de 16 anos de idade, caíram na classe de menor renda, atingindo esta menos de \$ 1.000 por ano, em contraste com 60% de famílias com 5 ou 6 crianças e 40% de famílias com 1 ou 2 crianças.

Cumpramos considerar também, que com uma renda determinada, gastar-se-á menos com alimentação, vestuário, habitação e outros bens e serviços para cada criança, conforme fôr menor o número de crianças.

Os casais em melhores condições de fortuna, com alto padrão de vida são obrigados, sob as atuais circunstâncias, a uma tão severa limitação na família que a maior parte da classe média nas cidades americanas estão tendo agora muito menos crianças do que são necessárias para substituir o número de pais. A sua angústia é intensificada pela instabilidade de nossa ordem econômica. Mesmo no caso dos pais que vêm o futuro com um justificável grau de confiança, reconhecem que o aumento do número de crianças porá em perigo os padrões de vida que eles esperam gozar. Essa situação não pode ser encarada como consequência da falta de virilidade ou subversão dos valores pessoais. E' a expressão natural e inevitável de uma ordem social competitiva, na qual não existe especial interesse pelas crianças ou pela família em sua estrutura econômica e social. Aqui, novamente duas linhas fundamentais de política positiva são claramente indicadas. Em primeiro lugar, deve haver plena extensão das facilidades para limitação da família a tôdas as classes. No caso daqueles que são pessoalmente in-

capazes de provêr a favorável evolução do desenvolvimento das crianças, tais facilidades devem ser acompanhadas por um encorajamento positivo e uma ajuda à limitação familiar por parte dos trabalhadores sociais e pelas enfermeiras de saúde pública. No caso de um grupo menor que se caracteriza por defeitos hereditários assinalados, a esterilização é apropriada; mas urge reconhecer que êste é um processo a ser menos aplicado em qualquer programa geral relacionado com as tendências qualitativas de população. A extensão da limitação voluntária da família é de muito maior alcance e importância.

Em segundo lugar, devemos reconhecer que chegou a época em que se deve dar maior atenção às medidas tendentes a igualar o estado econômico das famílias, variando os graus de responsabilidade de manutenção e cuidado, dos futuros cidadãos da nação. E' também importante que as instituições da comunidade e os padrões sociais sejam de tal modo reconstruídos, que as crianças e a família sejam reintegradas na cultura americana. Uma política orientada no sentido de remover ou modificar as tendências atuais na diferença de fertilidade não deve entrar em conflito, mas é um fato que depende das medidas para promover a saúde, educação e oportunidade econômica às crianças cuja evolução é agora tão restringida. O mesmo programa é também medida essencial a uma profunda política relativa à tendência do total nacional de população.

c) TENDÊNCIA DA POPULAÇÃO TOTAL

Urge reconhecer, claramente, que não estamos, como nação, familiarizados com as alternativas de uma população que cresça contínua e indefinidamente, ou se mantenha estável, mas antes com alternativas de uma população mais ou menos estável, ou uma tendência pronunciada para o decréscimo populacional — ainda que a êsse respeito os EE.UU. esteja atrasado de 1/4 de século com relação às nações da Europa Oriental, aonde o decréscimo de população estava justamente começando com a declaração da guerra.

Ao discutir a tendência da população total, geralmente dá-se um maior relêvo às considerações econômicas. Na atualidade, contudo, ao serem fixadas as diretrizes do Governo a respeito, provavelmente exercem maior influência outras considerações.

Já nos referimos à pressão de população em algumas partes dos EE.UU., mas deve reconhecer-se, claramente, que tal é função da má distribuição de população e do mau funcionamento de nossa ordem econômica.

O povo dos EE.UU., na sua totalidade, tem o índice mais baixo de população relacionado com os recursos, do que qualquer grande nação. Com as nossas facilidades tecnológicas atuais, seguramente temos a capacidade física de manter a presente população num alto plano de vida.

Poderíamos, talvez, olhar avante neste momento, para a possibilidade de receber dentro de nossas fronteiras, um considerável número dos que foram expulsos de outras terras por opressão política e por deslocamentos decorrentes da guerra e das conseqüências desta — tão cedo possam êsses povos ser assimilados na vida americana e estejamos nós habilitados a desenvolver as instituições econômicas para a sua efetiva utilização — mas, em linhas gerais, o deslocamento da população em qualquer nação deve, primeiramente, ser determinado pela sua tendência própria. A cessação do crescimento de população requererá certos ajustamentos econômicos fundamentais, que embora difíceis, são inteiramente possíveis. A economia americana esteve ligada, no passado, ao rápido crescimento de população, com oportunidade para um largo investimento, seguido de resultados proveitosos na promoção do aumento de facilidades para servir às necessidades básicas de uma nação em crescimento.

Para conseguir a cessação do crescimento de população, na forma proposta, devem nossas fontes produtivas aumentar progressivamente de encontro às necessidades de uma população estável, com um nível ascendente de vida.

Êste sistema poderá dar margem a menores investimentos, aumentando, no entanto, simultaneamente, a renda nacional obtida com atuais padrões de distribuição, possibilitando o emprêgo de uma maior proporção de dinheiro e créditos resultante da economia no consumo. Tais considerações conduziram alguns economistas a tese de que estamos chegando a uma estagnação econômica, não como um fenômeno cíclico temporário, mas como uma tendência secular. Êste é, não há dúvida, o resultado inevitável, mas existem alguns elementos que conduzirão forçosamente a esta situação, a menos que se transfor-

mem através de uma política econômica positiva e construtiva. (3)

Urge reconhecer que o problema do crescimento, estacionamento ou do declínio de população envolve sérios obstáculos econômicos, mesmo sem exagerarmos a importância destes para a completa solução de tão complexo problema. Assim, uma população relativamente estável é provavelmente base melhor para o desenvolvimento de uma economia progressiva do que a flutuação violenta de aumento e decréscimo repentinos da população, exceto nos lugares onde já existe uma rígida pressão de população sobre as riquezas. A análise econômica justifica a preferência para uma população estável em vez de uma população caracterizada por uma tendência ao rápido declínio. Essa preferência é, naturalmente, fortalecida por considerações de segurança nacional, distintas, é claro, de uma política deliberadamente executada com o fim de aumentar, custe o que custar, a população como um meio de fortalecer o poder nacional.

Outros fatores existem, contudo, fáceis de compreender, exercendo maior influência nas atitudes da nação, em face das tendências de população. Isto provém, em parte, da tendência do indivíduo para identificar-se com o grupo ou nação de que faz parte. O medo de morrer contribui, não obstante a sua insensatez, para que exista a situação do chamado "suicídio racial".

Uma atitude semelhante pode, contudo, basear-se em motivos razoáveis. Os nossos mais ardentes desejos, e esforços são no sentido de construir melhores instituições e criar condições mais felizes de vida. Essas razões se ligam à expectativa da estabilidade dos grupos que exigem a nossa lealdade. Os americanos desejam, naturalmente, que a sua nação continue a desempenhar um importante papel no mundo e possuem portanto, uma forte razão para cuidar da manutenção da população. É possível, até, que o pânico inspirado no possível decréscimo da população, conduza a certas medidas destinadas a manter a população, tornando-a mais compatível com outros objetivos democráticos e relacionando-a com certas considerações de ordem qualitativa.

(3) FRANK LORIMER, Ellen Winston, and Loise Kiser. "Foundations of American Population Policy". Harper and Bros., 1940.

A perspectiva do declínio da população tem sido o principal argumento daqueles que se opõem à extensão do emprego de métodos anticoncepcionais, ou seja, da limitação quantitativa da família.

CONCLUSÃO

Deveríamos, portanto, procurar traçar neste país, uma política populacional inteligente, orientada simultaneamente tanto no sentido da melhor distribuição de população em relação aos recursos econômicos e a melhoria das qualidades individuais e das condições de vida, como no do sustento e manutenção dessa população. Tal programa já foi formulado e em suas linhas gerais na Suécia, consagrado pela lei, embora esteja no momento prejudicado pela guerra.

Este programa é baseado no princípio de que todo parentesco deve ser voluntário. O interesse nacional procura, então, criar condições econômicas e padrões institucionais tais, de modo a que os pais sofram a sua influência e se sintam em condições favoráveis à procriação em número suficiente para que a população atinja a necessária estabilidade.

Encontramo-nos novamente diante do primeiro requisito já identificado em relação a outras fases do problema: a necessidade de promover a estabilidade econômica e o progresso, e de afastar as ameaças das guerras periódicas.

Aquêles que são continuamente perseguidos por um sentimento de insegurança não são, provavelmente, no caso de ser a paternidade voluntariamente estabelecida, indicados para assumir compromissos de família em número suficiente para provêr a substituição da população.

A consecução de uma economia nacional equilibrada requer a coordenação planificada de grandes extensões de atividade econômica.

Isto envolverá certamente o aumento das empresas e dos serviços públicos, paralelamente ao desenvolvimento de políticas incentivadoras da efetiva utilização do capital privado. Este desenvolvimento tem capital importância com relação à política populacional através da criação de instituições econômicas destinadas a prover as necessidades das famílias e das crianças, especialmente se a ajuda econômica às famílias e das crianças é executada principalmente na forma de mercadorias e de serviços (subsídios em espécie),

como na Suécia, em vez de créditos, como na França.

O auxílio do Govêrno sob a forma de bens e serviços, tais como educação e assistência escolares nas universidades, de acôrdo com os interesses e aptidões individuais, cuidados médicos, ajustamento da renda em relação ao tamanho das famílias, e provisões suplementares para socorrer as necessidades nutricionais das crianças, tem a vantagem de ajudar às famílias na proporção do número de crianças, além de contribuir, diretamente, para o bem estar e desenvolvimento da destas. Além do mais, são tais medidas menos dispendiosas e mais eficientes do que qualquer sistema de auxílio financeiro, mas só podem ser empreendidas se forem parte de um largo programa de responsabilidade governamental.

A conciliação dos interesses das mulheres em empregos remunerados e em outras atividades fora de casa, com as suas responsabilidades como donas de casa e mães, constitue problema importante e difícil. Urge reconhecer que existem, na atualidade, sérios conflitos entre os interesses das mulheres. A instituição da assistência na escola e no lar, a assistência adequada à maternidade e as oportunidades crescentes de emprêgo em tempo parcial, contribuem para diminuir êsse conflito, mas não constitue, todavia, a sua plena solução.

Se, na vida da nação, conseguirmos atingir uma situação de razoável segurança, o problema será provàvelmente e em primeiro lugar, uma questão de cultura. Em milhares de lares, homens e mulheres tentam, por experiência própria, achar soluções capazes de satisfazer seus interesses pessoais no assunto. A solução não será provàvelmente uma só, mas diversas, a serem ajustadas às diferentes necessidades. Todos aqueles que encn-

trem soluções que permitam possuir grande número de filhos, exercerão provàvelmente maior impressão no pensamento das gerações futuras, pois serão da melhor maneira representados, através da sua descendência.

A substituição da população em bases voluntárias não envolve apenas a mudança das condições econômicas e a resolução de conflitos pessoais. Depende ela, na sua maior parte, do desenvolvimento das instituições da comunidade e de novas atitudes relativas à vida familiar. No antigo sistema do "laissez-faire" prestava-se pouca atenção às necessidades da família e das crianças. Basta atentar para os blocos sucessivos de casas e de apartamentos sem espaços para brincar ou facilidades para a vida da comunidade! Devem, as modificações econômicas no interesse da família e a valorização pública da vida familiar, ser operadas simultâneamente, pois na realidade são interdependentes. Só quando existir um forte interesse público na família e na criança, é que radicais medidas econômicas em seu interesse poderão ser realizadas. Tais expressões concretas do interesse da sociedade pela família e pelas crianças serão certamente mais efetivas se traduzidas no desenvolvimento de instituições apropriadas e em realizações práticas, do que apenas as palavras ou exortações que se proferirem a respeito.

De acôrdo com as considerações acima, vemos que o planejamento não é apenas a elaboração de um plano para o desenvolvimento dos recursos naturais e a previsão de facilidades para a vida urbana. O seu conceito é bem mais amplo. O planejamento em uma democracia deve integrar-se no sistema da vida política e social, se quisermos torná-lo inteiramente útil e eficiente; e as democracias têm de conseguir o ânimo e os meios de realizar o verdadeiro planejamento econômico e social, se quiserem sobreviver no mundo moderno.